

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	7
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	8
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	12

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	24
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	26
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	27

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	13.627
Preferenciais	0
Total	13.627
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	144.555	166.689	193.716
1.01	Ativo Circulante	5.490	4.698	78.220
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.845	4.373	30.274
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	0	4.691
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	0	4.691
1.01.03	Contas a Receber	518	0	43.245
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	518	0	43.245
1.01.06	Tributos a Recuperar	127	177	10
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	127	177	10
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	148	0
1.01.08.03	Outros	0	148	0
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	0	148	0
1.02	Ativo Não Circulante	139.065	161.991	115.496
1.02.03	Imobilizado	139.065	161.991	115.496
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	139.065	161.743	115.373
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	248	123

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	144.555	166.689	193.716
2.01	Passivo Circulante	95.963	80.050	56.878
2.01.02	Fornecedores	74	87	15.639
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	74	87	15.639
2.01.03	Obrigações Fiscais	3	1	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3	1	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	82.232	41.574	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	82.232	41.574	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	82.232	41.574	0
2.01.05	Outras Obrigações	13.654	38.388	41.239
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.654	38.388	41.239
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	13.654	38.388	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	41.239
2.02	Passivo Não Circulante	435	81.743	123.322
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	81.520	123.322
2.02.01.02	Debêntures	0	81.520	123.322
2.02.04	Provisões	435	223	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	435	223	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	435	223	0
2.03	Patrimônio Líquido	48.157	4.896	13.516
2.03.01	Capital Social Realizado	60.628	13.627	13.627
2.03.01.01	Capital Social Realizado	13.627	13.627	13.627
2.03.01.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	47.001	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-12.471	-8.731	-111

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	32.763	30.924	6.394
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-17.387	-17.028	-3.084
3.03	Resultado Bruto	15.376	13.896	3.310
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-568	-898	-141
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-481	-871	-97
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-87	-27	-44
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.808	12.998	3.169
3.06	Resultado Financeiro	-18.548	-21.618	-3.221
3.06.01	Receitas Financeiras	447	598	42
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.995	-22.216	-3.263
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.740	-8.620	-52
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.740	-8.620	-52
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-3.740	-8.620	-52
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,27	-0,63	-10,6

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	-3.740	-8.620	-53
4.03	Resultado Abrangente do Período	-3.740	-8.620	-53

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	39.283	20.835	21.970
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	38.884	36.477	6.401
6.01.01.01	Juros sobre debêntures	17.928	22.165	3.214
6.01.01.02	Resultado Líquido do Exercício	-3.740	-8.620	-53
6.01.01.04	Baixa do Ativo Imobilizado	4.016	3.076	0
6.01.01.05	Depreciação	20.680	19.856	3.240
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	399	-15.642	15.569
6.01.02.01	Impostos a recuperar	50	-167	-10
6.01.02.02	Provisão para contingências	211	223	0
6.01.02.03	Aumento (redução) em fornecedor e outras contas a pagar	-13	-15.551	15.585
6.01.02.04	Aumento (redução) em impostos a recolher	3	1	-6
6.01.02.09	Partes Relacionadas	148	-148	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.252	-26.182	-161.981
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-1.252	-6.648	-118.736
6.02.02	Adiantamento para futuras instalações	0	-19.534	-43.245
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-37.559	-25.245	174.971
6.03.01	Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	47.001	0	13.622
6.03.02	Emissão de debêntures	0	0	124.446
6.03.03	Pagamento de juros de debêntures	-59.826	-22.394	-4.336
6.03.04	Empréstimos partes relacionadas	-24.734	-2.851	41.239
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	472	-30.592	34.960
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.373	34.965	5
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.845	4.373	34.965

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.627	0	0	-8.731	0	4.896
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.627	0	0	-8.731	0	4.896
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	47.001	0	0	0	47.001
5.04.08	Capital a integralizar	0	47.001	0	0	0	47.001
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.740	0	-3.740
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.740	0	-3.740
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-3.740	0	-3.740
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.627	47.001	0	-12.471	0	48.157

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.627	0	0	-111	0	13.516
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.627	0	0	-111	0	13.516
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-8.620	0	-8.620
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.627	0	0	-8.731	0	4.896

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5	0	0	-58	0	-53
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5	0	0	-58	0	-53
5.04	Transações de Capital com os Sócios	13.622	0	0	0	0	13.622
5.04.01	Aumentos de Capital	13.622	0	0	0	0	13.622
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-53	0	-53
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-53	0	-53
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.627	0	0	-111	0	13.516

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	36.100	34.100	7.048
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	36.100	34.100	7.048
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-573	-1.343	-647
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-87	-452	-508
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-486	-891	-139
7.03	Valor Adicionado Bruto	35.527	32.757	6.401
7.04	Retenções	-17.380	-16.576	-3.240
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-20.681	-19.856	-3.240
7.04.02	Outras	3.301	3.280	0
7.04.02.01	Recuperação de impostos	3.301	3.280	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	18.147	16.181	3.161
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	469	598	42
7.06.02	Receitas Financeiras	469	598	42
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	18.616	16.779	3.203
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	18.616	16.779	3.203
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.361	3.182	0
7.08.02.01	Federais	3.361	3.182	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.995	22.217	3.256
7.08.03.01	Juros	18.969	22.188	3.214
7.08.03.03	Outras	26	29	42
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.740	-8.620	-53
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.740	-8.620	-53

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**MOTTU I S/A****Relatório de Administração**

São Paulo, 31 de março de 2025.

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a administração da COMPANHIA MOTTU I S/A, tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as informações contábeis intermediárias da Companhia relativas ao quarto trimestre de 2024. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

1. Contexto Operacional

A Mottu I S.A. (anteriormente denominada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT- Capital Consignado) ("Companhia"), foi constituída no dia 17 de março de 2021 e sua razão e objeto social atuais foram aprovadas em assembleia geral extraordinária realizada em 04 de agosto de 2022 que também formalizou a saída da Vert Participações Ltda. e da Vert Créditos Ltda., antigas titulares, de acordo com o Contrato de Compra e Venda de Ações firmado com a Mottu Locação de Veículos Ltda., que passou a deter a totalidade das ações da Companhia.

O objeto social da Companhia é a locação e leasing de meios de transporte terrestre sem condutor, por período de longo ou curta duração.

2. Resultados

A Companhia iniciou as atividades operacionais no mês de outubro de 2022, através da locação de motos para a empresa Mottu Locação de Veículos Ltda, conforme Instrumento Particular de Contrato de Locação de Veículos e respectivos aditivos.

A Companhia conta atualmente com uma frota de motocicletas no total de 17.343 (Dezessete mil, trezentos e quarenta e três), locadas para a Mottu Locação de Veículos Ltda.

3. Auditoria

Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 ("ICVM 381"), a Administração da Companhia informa que durante os anos de 2022, 2023 e 2024, contratou os serviços de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

1. Contexto operacional

A Mottu I S.A. ("Companhia"), foi constituída no dia 17 de março de 2021 e sua razão e objeto social atuais foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de agosto de 2022 que também formalizou a saída da Vert Participações Ltda. e da Vert Créditos Ltda., antigas titulares, de acordo com o Contrato de Compra e Venda de Ações firmado com a Mottu Locação de Veículos Ltda., que passou a deter a totalidade das ações da Companhia.

O objeto social da Companhia é a locação e leasing de meios de transporte terrestre sem condutor, por período de longo ou curta duração.

Os recursos para liquidação das dívidas de curto prazo serão obtidos mediante os recebíveis de locação dos veículos com a parte relacionada – Mottu Locação de Veículos Ltda.

O grupo de empresas Mottu possui valor expressivo em caixa para saldar seus passivos de curto prazo.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis materiais adotadas

2.1. Autorização

A autorização para a conclusão e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2025.

2.2. Base de apresentação

As presentes demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de sua realização.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- **Motos:** 07 anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A Administração entende que as taxas de depreciação utilizadas refletem a vida útil dos bens do ativo imobilizado.

2.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.8. Provisões, ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: **(i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; e **(ii)** Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

2.9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

2.10. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.11. Demonstração de Valor Adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) é elaborada e apresentada conforme de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 09 "Demonstração do Valor Adicionado", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.12. Pronunciamentos novos ou revisados**i) Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados em 2024**

Durante o exercício de 2024, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) as revisões das normas abaixo, já vigentes no exercício de 2024 sem impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 16/CPC 06 (R2)	Alterações que acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.
IAS 1/CPC 26	Alterações que esclarecem aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Além disto, esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em, ou antes, do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.
IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7	Alterações que esclarecem que a entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Notas Explicativas

ii) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que não são obrigatórias ou vigentes em 31 de dezembro de 2024

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência entre 1º de janeiro de 2025 e 1º de janeiro de 2027 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo:

Norma	Descrição	Vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros/IFRS Financial instruments 9 e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação/IFRS 7	O IASB traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desreconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes.	A partir de 1º de janeiro de 2026
CPC 02 (R2) Efeito das mudanças nas taxas de câmbio / IAS 21	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis que exigirão que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda.	A partir de 1º de janeiro de 2025
IFRS 18 Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis	Substitui o IAS 1 (CPC 26) e traz mudanças em relação a apresentação de categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado Divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração.	A partir de 1º de janeiro de 2027

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas Demonstrações Contábeis, à medida em que os normativos são regulamentados. Exceto pelo IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis, que resultará em uma alteração completa das demonstrações dos resultados, a Companhia não espera impactos significativos das demais normas nas Demonstrações Contábeis.

Reforma Tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, originária do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que disciplina a reforma tributária sobre o consumo.

A nova legislação regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, que em linhas gerais, consolida cinco tributos (PIS, Cofins, ICMS, ISS e, em parte o IPI) em dois: o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

A nova legislação implementa também o IS (Imposto Seletivo) de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Lei Complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Notas Explicativas (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira vinculada****3.1. Caixa e equivalente de caixa**

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta corrente	3	-
Aplicações financeiras	4.842	4.373
Total	4.845	4.373

São registrados nesse grupo os valores em conta corrente e aplicações financeiras de liquidez imediata com os Bancos Santander e Vortx. Sendo remuneradas a uma taxa média mensal de aproximadamente 100% do CDI em 2024 e 2023, podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada. Parte substancial dos recursos financeiros da Empresa, encontram-se devidamente aplicados em conta mantida junto à XP Investimentos. Ressalta-se que a referida aplicação não possui liquidez imediata, estando sujeita às condições e prazos estabelecidos no respectivo instrumento financeiro.

4. Imobilizado líquido

Descrição	Taxa anual de depreciação	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Motos	14,29%	143.731	(42.312)	101.419	118.774
Adiantamento para futura aquisição de imobilizado	-	37.398	-	37.398	42.969
Imobilizado em andamento	-	248	-	248	248
Total		181.377	(42.312)	139.065	161.991

Movimentação do imobilizado em 2024

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Custo na alienação	Saldo em 31/12/2024
Motos	118.774	544	(3.927)	5.672	(20.680)	1.036	101.419
Adiantamento para futura aquisição do imobilizado	42.969	-	(531)	(5.040)	-	-	37.398
Imobilizado em andamento	248	708	(76)	(632)	-	-	248
Total	161.991	1.252	(4.534)	-	(20.680)	1.036	139.065

Movimentação do imobilizado em 2023

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Motos	115.372	4.088	(2.587)	35.098	(19.856)	118.774
Adiantamento para futura aquisição do imobilizado	43.245	19.534	-	(33.151)	-	42.969
Imobilizado em andamento	124	2.560	(489)	(1.947)	-	248
Total	158.741	26.182	(3.076)	-	(19.856)	161.991

5. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de motocicletas	63	74
Outros fornecedores e/ou prestadores de serviços	11	13
Total	74	87

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Notas Explicativas (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**6. Partes relacionadas****Ativo circulante**

	31/12/2024	31/12/2023
Mottu Locação de Veículos Ltda.	-	148
Total	-	148

Ativo não circulante

	31/12/2024	31/12/2023
Tupã Industria de Motos Ltda. - Adiantamento para aquisição do imobilizado Nota Explicativa nº 4	37.399	42.969
Total	37.399	42.969

Passivo circulante

	31/12/2024	31/12/2023
Cessão de crédito - Mottu Locação de Veículos Ltda.	12.463	37.197
Reembolso do custo de captação – Mottu Locação de Veículos Ltda.	1.191	1.191
Total	13.654	38.388

Em 1º de setembro de 2022, a Companhia e sua acionista Mottu Locação de Veículos Ltda. (“Cedente”) assinaram Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos que transferiu o direito de créditos com fornecedores da Cedente para a Companhia. Esses créditos são referentes a adiantamentos de compra de moto.

Os fornecedores que antes tinham a obrigação de fornecer moto a Cedente passaram a ter a obrigação com a Companhia.

O montante de R\$ 1.191 foi registrado a pagar a parte relacionada decorrente do custo de captação das debêntures, pago pela Mottu Locação de Veículos Ltda. no momento da captação. A Mottu I, até 31 de dezembro de 2024, não havia quitado o débito junto a Cedente.

Remuneração da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve remuneração da Administração.

7. Debêntures**7.1. Condições da escritura**

	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures	82.232	123.094
Circulante	82.232	41.574
Não circulante	-	81.520

Em 31 de dezembro de 2024, o valor refere-se ao principal com juros no total de R\$ 82.944, deduzido do custo de captação no montante R\$ 710.

Em 23 de agosto de 2022, foi autorizado a emissão de 130.000 debêntures decorrentes da negociação conforme o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com Garantia real, com garantia adicional Fidejussória em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Mottu I S.A. Até 31 de dezembro de 2023, foram emitidas 124.000 debentures.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Notas Explicativas (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro pela CVM de que trata o artigo 19 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, conforme disposto no artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos, não sendo objeto de protocolo, registro ou arquivamento na CVM, exceto pelo envio à CVM da comunicação de início da Oferta Restrita, nos termos do artigo 7º - A da Instrução CVM 476 ("Comunicação de Início"), e da comunicação de encerramento da Oferta Restrita, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476 ("Comunicação de Encerramento").

Por se tratar de distribuição pública, a Oferta Restrita foi registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("Anbima"), nos termos do "Código ANBIMA para Ofertas Públicas", de 6 de maio de 2021 ("Código Anbima"), exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da Anbima.

As debêntures são atualizadas por juros remuneratórios de 5,400% ao ano, acrescidos de Certificado Depósito Interbancário (DI).

O vencimento final das debêntures será em 23 de agosto de 2025. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Aceleração dos Pagamentos, Oferta Facultativa de Resgate Antecipado e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, com prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses a partir da Data de Emissão ("Período de Carência"), sempre no dia 23 de cada mês, sendo a primeira amortização devida em 23 de setembro de 2024.

Segue os *covenants* financeiros e operacionais da emissão. Todos os indicadores estão sendo cumpridos e em caso de não cumprimento pode ocorrer vencimento antecipado não automático ou aceleração da amortização.

Indicadores

Taxa de ocupação (frota alugada grupo/ frota disponível para aluguel grupo)
Motos perdidas (perdas) (últimos 12 meses) / frota total
Motos perdidas (perdas) (acumulado) / frota total
Endividamento líquido / frota Fipec
Motos alienadas / saldo dívida
Número de contratos cedidos / motos alienadas
Motos alienadas + motos não alienadas grupo / saldo dívida
Recebíveis cedidos 6 meses / PMT próximos 6 meses
1/15 do somatório dos recursos creditados na conta vinculada da fiadora

A companhia está adimplente com os *covenants* apresentados.

A movimentação das debêntures para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	123.094
Custos de emissão das debêntures	438
Juros devidos/provisionados no exercício	18.526
Juros e amortização pagos no período	(59.826)
Amortização	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	82.232

Para o exercício de 31 de dezembro de 2023 tem-se que:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	123.323
Juros devidos/provisionados no exercício	22.165
Custos de emissão das debêntures	378
Juros e amortização pagos no período	(22.772)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	123.094

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Notas Explicativas (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A composição da parcela do passivo, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano	31/12/2024
2025	82.232
Total	82.232

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 13.627, representando 13.627 (treze mil seiscentos e vinte e sete) ações ordinárias, dos quais foram integralmente integralizadas, conforme 2ª alteração contratual efetuada em 20 de dezembro de 2022. ocorrendo nesta data o aumento do capital social da companhia de R\$ 5 para o presente valor, portanto um aumento de R\$ 13.622 utilizando o saldo de AFAC – Adiantamento para futuro aumento de capital.

Sócio	Quotas	Valor nominal	%	Valor total
Mottu Locação de Veículos Ltda	13.626.598	R\$ 13.626.598	100%	R\$ 13.626.598
Total	13.626.598	R\$ 13.626.598	100%	R\$ 13.626.598

8.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não houve nenhuma constituição de reservas durante o exercício apresentado.

8.3. Prejuízos acumulados e resultados de exercício

Os resultados obtidos ao longo da fase pré-operacional foram mantidos em prejuízos acumulados e estão sendo capitalizados ou reembolsados quando desde o início da fase operacional ocorrida em outubro de 2022.

8.4. Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo do AFAC é oriundo de adiantamentos de recursos realizados entre os meses de janeiro a dezembro de 2024 deduzido das transferências para a conta de Capital Social. O saldo do AFAC em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 47.001.

Movimentação	2024
Saldo inicial	-
(+) Adiantamento para futuro aumento de capital 2024	47.001
(-) Integralização de capital	-
Saldo final	47.001

9. Receita líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de serviços prestados	36.103	34.100
(-) Impostos sobre a receita	(3.340)	(3.176)
Total	32.763	30.924

A natureza das receitas é decorrente do Instrumento particular de contrato de locação de veículos firmado entre a Mottu I S/A e a Mottu Locação de Veículos Ltda, as quais são liquidadas financeiramente no ato do reconhecimento da receita, logo, não há contas a receber registrado uma vez que o pagamento ocorre dentro do próprio mês.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Notas Explicativas (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**10. Custos por natureza**

	31/12/2024	31/12/2023
Depreciações das motos	(20.679)	(19.856)
Baixas de motos (i)	99	-
Créditos de PIS e Cofins	3.300	3.280
Manutenção de veículos	(12)	(16)
Fretes	(20)	-
IPVA	(75)	(436)
Total	(17.387)	(17.028)

(i) As baixas de motos representam custos com perdas de motos, roubos e baixas decorrentes da venda de motos do plano Minha Mottu. Adicionalmente, consideramos como redutora do custo, ganhos com a recuperação de motos, isto é, motos que foram roubadas e na sequência identificadas e recuperadas.

As motos são depreciadas a taxa de 14,29% de acordo com a expectativa de durabilidade e uso das motos.

11. Despesas operacionais por natureza

	31/12/2024	31/12/2023
Assessoria contábil	(29)	(44)
Auditoria contábil	(112)	(37)
Perdas na alienação de veículos	(4)	(227)
Processos judiciais	(237)	(224)
Outras (despesas) / receitas	(186)	(366)
Total	(568)	(898)

Classificadas como:

Gerais e administrativas	(481)	(871)
Outras despesas operacionais	(87)	(27)
Total	(568)	(898)

12. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicações financeiras	447	598
Receitas financeiras	447	598
Juros sobre debêntures	(18.964)	(22.165)
Tarifas bancárias	(26)	(29)
Juros e multas	(5)	(22)
Despesas financeiras	(18.995)	(22.216)
Resultado financeiro líquido	(18.548)	(21.618)

13. Provisão para contingências

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais de naturezas cíveis que se referem, principalmente, a indenizações por acidente sem vítima, multas de trânsito e manutenção.

A Companhia registrou, em 31 de dezembro de 2024, provisão para demandas judiciais no valor de R\$ 435 referente aos processos classificados como provável perda (R\$ 223 em 31 de dezembro de 2023).

Não há processos classificados como possível ou remota perda.

14. Prejuízo por ação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Expressas em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Notas Explicativas

O prejuízo por ação pode ser demonstrado conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(3.740)	(8.620)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo líquido básico por ação	13.627	13.627
Prejuízo por ação (em reais - R\$)	(0,27)	(0,63)

15. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

		31/12/2024		31/12/2023	
Classificação	Hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	3	3	-
	Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Nível 2	4.842	4.842	4.373
Aplicações financeiras					
Total		4.845	4.845	4.373	4.373
Passivo					
Debêntures (*)	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	-	-	82.232
Fornecedores	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	75	75	87
Total		75	75	82.319	82.319

(*) Não inclui na rubrica os custos de captação.

15.1. Considerações gerais

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades.

A Companhia administra seu capital para garantir a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno das partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

15.2. Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores dos instrumentos financeiros

Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive critério de reconhecimento, base de mensuração e método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na Nota Explicativa nº 2.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições-padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos anteriormente) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Notas Explicativas

Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- **Nível 1** – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- **Nível 3** – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

15.3. Gestão de riscos financeiros

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre eles destacam-se os riscos de crédito, de liquidez e de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros, bem como avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez de seus ativos financeiros.

15.4. Derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos.

15.5. Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia entende que não incorre em risco de crédito relevante em seus instrumentos financeiros.

15.6. Risco de liquidez

É o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar suas operações, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis.

15.7. Risco de mercado

É o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI, e à variação de índices de preços, notadamente o IPCA.

15.8. Análise de sensibilidade

Premissas

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses.

Fator de risco	Risco	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Taxa de juros - CDI	Aumento do CDI	15,00%	16,00%	17,00%

Fator de risco	Risco	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Taxa de juros - CDI	Debêntures	(4.599)	(4.690)	(4.780)

16. Operações por segmento

Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22 – Informações por Segmento. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Companhia opera com um único segmento e, por isso, considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária.

17. Eventos subsequentes

A Companhia não possui eventos subsequentes até a data de divulgação das suas demonstrações contábeis.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas e administradores da

Mottu I S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mottu I S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Debêntures (conforme Nota Explicativa no 7)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme divulgado na Nota Explicativa no 7, a Companhia emitiu, até 31 de dezembro de 2024,

124.000 debêntures não conversíveis em ações, com o objetivo de captar recursos para a compra de motos e estruturação de suas atividades operacionais. Devido à relevância dessa transação para a Companhia e à necessidade de gerenciar o reconhecimento, a mensuração, a manutenção e a adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos novamente este assunto relevante para a

nossa auditoria.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser uma das principais fontes de financiamento para a Companhia, com impactos significativos em suas demonstrações contábeis. Os procedimentos de auditoria envolvidos foram extensos, dada a necessidade de análise das operações, leitura e interpretação de contrato, dentre outros procedimentos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os procedimentos de auditoria que realizamos incluíram, mas não se limitaram à: (i) análise da conciliação contábil; (ii) o recálculo do valor presente da totalidade das debêntures emitidas de acordo com o preço unitário; (iii) a verificação da existência da transação por meio da análise do contrato e envio de carta de confirmação (circularização) junto a emissora; (iv) a realização de testes documentais para os recebimentos e pagamentos financeiros; (v) análise da manutenção dos covenants do contrato; e (vi) a análise da aderência das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na mensuração e registro das transações referentes à emissão de debêntures, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 1, as operações da Companhia ocorrem integralmente com sua controladora. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das

demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

• Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

• Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-025.583/O-1

Régis Eduardo Baptista dos Santos

Contador CRC 1SP-255.954/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores abaixo qualificados declaram que: Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas referentes ao exercício de 2024.

Luigi Teixeira da Costa
CPF: 230.091.458-10
Diretor de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores abaixo qualificados declaram que: Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de auditoria do exercício de 2024 dos auditores independentes.

Luigi Teixeira da Costa
CPF: 230.091.458-10
Diretor de Relações com Investidores